

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E REALIDADES DA EAD NO ENSINO SUPERIOR: O DIREITO DEMOCRÁTICO À EDUCAÇÃO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL E SUA ATUAL REGULAMENTAÇÃO

LIMA, Thomires Elizabeth Pauliv Badaró de¹

MONTEIRO, Mara Rúbia Muniz²

RESUMO

O objetivo geral deste artigo é analisar as políticas públicas educacionais na realidade da EaD no ensino superior e a aplicação do Direito Constitucional e Legal à Educação. A pesquisa, que ora se propõe, inicia-se com um estudo sobre a evolução da legislação de educação a distância em vigor no Direito Brasileiro, em especial a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 e sua atual regulamentação. O foco especial de análise se orienta para as políticas públicas voltadas ao setor educacional na modalidade de Educação a Distância do Ensino Superior. Propõe-se ao final uma abordagem voltada à exigibilidade do seu cumprimento, diante da busca constante de uma maior inclusão social e um acesso à educação de forma mais democrática e cidadã.

Palavras-chave: Políticas públicas, Educação à distância, Ensino superior.

ABSTRACT

The general objective of this article is to analyze educational public policies in the reality of the Higher Education in Higher Education and the application of Constitutional and Legal Law to Education. The research proposed here begins with a study on the evolution of the Law of Distance Education in force in Brazilian Law, especially the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988, the Law of Guidelines and Bases of Education n. 9.394 / 1996 and its current regulations, with a special focus on the analysis of public policies aimed at the educational sector in the modality of Distance Education of Higher Education, proposing at the end an approach focused on the enforceability of its

¹ Mestre em Direito Empresarial e Cidadania Centro Universitário Curitiba thomiresbadaro@hotmail.com.

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) Centro Universitário Opet monteiro.mrm@gmail.com.

compliance, in the face of the constant search for greater inclusion access to education in a more democratic and citizen-based way.

Keywords: Public policy, Distance education, Higher education.

Introdução

O direito à educação é um direito social garantido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Há igualmente várias legislações garantindo e regulamentando esses direitos, pois se as políticas públicas educacionais não forem atendidas nos moldes legais e constitucionais cabe ao cidadão e/ou instituição educacional exigir o cumprimento dessas tutelas educacionais. E isso para fazer valer o fim precípua constitucional e legal no atual Estado social democrático de direito.

Nesse artigo encontram-se alguns comentários sobre a Constituição Federal de 1988, com a atenção voltada às principais alterações legislativas feitas em resposta às mudanças sociais da educação na modalidade a distância no ensino superior. Assim, parte-se da modalidade de educação a distância no ensino superior, tendo por base a legislação de educação em vigor no direito brasileiro, em especial da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996) e sua atual regulamentação.

Diante desse contexto, traz-se o seguinte questionamento: a política pública educacional do ensino superior na modalidade a distância realmente está efetivamente fundamentada na exigibilidade? A legislação brasileira, em especial a Constituição Federal e a LDB, está sendo cumprida no que se refere ao direito de acesso ao ensino superior? Para que se responda a essas indagações, faz-se necessária a análise dos principais dispositivos constitucionais e legais no aspecto educacional, passando na sequência para o estudo da realidade da EaD e os possíveis problemas práticos da modalidade de educação a distância no ensino superior.

O conhecimento dos direitos à educação é de vital importância para a sua efetiva aplicabilidade. Eis que, se eventualmente as políticas públicas forem falhas e/ou ilegais, deve-se recorrer ao poder judiciário para sanar essas

irregularidades. Tem-se, ainda, que o conhecimento do direito à educação fundamenta o ato de exigir dos órgãos públicos o direito constitucional e legal tutelado, visto que a educação é um dos direitos mais importantes conquistados na evolução da sociedade. Portanto, como fica evidenciado no exposto, o tema de pesquisa aqui proposto é de relevância para o campo do conhecimento educacional, com destaque para a educação a distância (EaD) no ensino superior.

Assim, o objetivo geral deste artigo é analisar as políticas públicas educacionais na realidade da EaD no ensino superior e a aplicação do Direito Constitucional e Legal à Educação, tendo por base a Constituição Federal de 1988 e as legislações que se seguem até a atual regulamentação do ensino a distância. Ainda, o artigo traçará alguns comentários acerca da atual regulamentação do artigo 80 da LDB, demonstrando a atualidade do debate educacional diante da inclusão das novidades descritas na regulamentação vigente da educação a distância, sobretudo no tocante ao nível superior de ensino.

O DIREITO À EDUCAÇÃO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

No artigo 205 da Constituição Cidadã, tem-se a garantia da educação como direito de todos (BRASIL, 1988). A definição de tal direito é fundamental, pois seu cumprimento e consagração são necessários e basilares para o desenvolvimento digno da pessoa, bem como para a sua qualificação em uma futura profissão. Tal deliberação é ainda mais imperativa por se encontrar na legislação fundamental do Estado brasileiro, cujos enunciados são superiores às demais leis infraconstitucionais.

Portanto, além de arrolar a educação como um direito de todos os cidadãos, A Constituição impõe que é obrigação do Estado promover os meios necessários para a concretização desse direito social fundamental ao desenvolvimento humano.

Na sequência, o artigo 206 arrola os princípios do ensino. Observa-se, nesse excerto, a importância dos princípios da igualdade, da liberdade, do

respeito ao pluralismo de ideias, da valorização do profissional da educação, da gestão democrática e, acima de tudo, da garantia de um padrão de qualidade de ensino. Estes são objetos de críticas, omissões e discriminações, porém são assuntos importantes e merecem um estudo e um debate mais profundos dentro do contexto educacional.

A Constituição Federal enuncia que a educação é um direito de todos cabendo ao Estado o dever de torná-la efetiva mediante a implementação de políticas educativas e de garantias previstas em seu artigo 208 (BRASIL, 1988). Dentre as principais obrigações do Estado estabelece-se a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica dos 4 aos 17 anos, entendida como um direito público subjetivo, e, no caso de não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou de sua oferta irregular, a autoridade competente deverá ser responsabilizada.

O direito à educação vem sofrendo modificações no cenário brasileiro com o objetivo de dar uma maior efetividade ao processo educacional. O advento das Emendas Constitucionais nº 53/2006 e nº 59/2009 se estabeleceu como uma tentativa de avançar na busca pela exigibilidade do direito constitucional à educação.

Ainda sobre a Emenda Constitucional nº 59/2009, ela traz a novidade da desvinculação de receita da União para o cumprimento da política educacional e do plano nacional decenal de educação. Essa novidade constitucional impôs a exigência legal de elaboração decenal de um Plano Nacional de Educação, constituído por metas a serem alcançadas nos diversos níveis e modalidades de ensino, desde a educação básica até o nível superior de ensino.

Ainda que os artigos citados não mencionem a educação a distância, é preciso considerar a base constitucional referente à autonomia das universidades como seu possível princípio, em acordo como se lê no artigo 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Entende-se que não há nos artigos da Constituição da República Federativa do Brasil nenhuma restrição à modalidade de educação a distância, uma vez que a legislação garante o direito à educação sem restrições de modalidade bem como assegura às universidades a autonomia de condução didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial do ensino.

O direito à educação na modalidade à distância na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A educação a distância entrou em pauta de discussão no Brasil a partir da década de 1970 e apareceu pela primeira vez na LDB na década de 1990, sendo inclusa também no planejamento das metas e dos objetivos contidos no Plano Nacional da Educação (PNE) e no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) como política prioritária do Ministério da Educação (MEC) (NOGUEIRA, 2011, p. 1).

A Lei nº 9.394/96, mais conhecida como LDB, é, portanto, o marco teórico da educação a distância com uma modalidade de ensino, pois “é na LDB n. 9394 de 1996 que, pela primeira vez, se apresenta a possibilidade de ofertar cursos na modalidade a distância em todos os níveis educacionais” (BARAÚNA; ARRUDA; ARRUDA, 2012, p. 287). No entanto, a educação a distância é prevista no ensino fundamental apenas como complemento da aprendizagem ou em situações excepcionais, conforme preceitua o artigo 32, § 4º, da LDB (BRASIL, 1996).

Observa-se, assim, que houve uma limitação legal com relação à educação a distância no ensino fundamental. Entretanto, não há nenhuma limitação no ensino superior, nos termos do artigo 47, § 3º, da LDB (BRASIL, 1966). Com relação à autorização legal específica da educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, o artigo 80 da LDB expressa o seu tratamento. Os três primeiros parágrafos do artigo ora mencionados deixam claro o oferecimento de vagas por instituições credenciadas pela União, sendo, para tanto, de competência federal a sua autorização e a regulamentação dos exames e do registro de diplomas dos cursos de educação a distância.

O foco da cidadania também é mencionado na lei. Por ser entendida como questão de cidadania e fundamento para o progresso e evolução do ser humano como pessoa e como futuro profissional, a educação pode ser ofertada na forma presencial ou na modalidade a distância como descrito na autorização legal da LDB.

Com base nos principais enunciados legais pertinentes à modalidade de educação a distância, passa-se para a análise da regulamentação do artigo 80

acima transcrito, em que há a menção expressa e inovadora no direito brasileiro do ensino a distância.

A regulamentação do direito à educação na modalidade a distância

A primeira regulamentação do artigo 80 da LDB se deu com o Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, o qual traz em seu texto uma redação confusa e controversa sobre a educação a distância, como se verifica na descrição literal do seu primeiro artigo:

Art. 1º Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (BRASIL, 1998).

Observe-se que o artigo não traz a figura do professor no contexto ensino-aprendizagem, havendo apenas um enfoque mais técnico. Nesse sentido, Eucidio Arruda e Durcelina Arruda (2015) descrevem que a “EaD como processo de ‘autoaprendizagem’ incorria na baixa valorização dos docentes e na centralidade em materiais didáticos como elementos mediadores da educação”. Em outras palavras, valorizavam-se os meios e as tecnologias em detrimento dos aspectos acadêmicos e pedagógicos da atividade docente.

Na continuidade da regulamentação do artigo 80 da LDB veio, em substituição, o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com a inclusão dos professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem, mas mantendo a centralidade da tecnologia da informação. Então, assim ficava definida a educação a distância:

A Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005).

No artigo 80 da LDB há a autorização da modalidade de educação a distância em todos os seus níveis, com o que o regulamento veio a descrever a sua concessão até o nível superior, estando em consonância com a lei que houve a autorização para sua implementação.

Sobre a questão da isonomia entre a modalidade presencial e a modalidade a distância, o decreto define que não pode haver discriminação entre elas e que devem ser projetadas com a mesma duração, podendo inclusive haver a transferência de uma modalidade para outra (BRASIL, 2005).

Quanto ao exame presencial nos cursos da modalidade a distância, por sua vez, foi regulamentado expressamente pelo artigo 4º, havendo essa exigência nos cursos a distância em virtude da disposição.

Na continuidade da disposição, o decreto aborda a questão da validade jurídica e nacional dos diplomas e certificados de cursos de educação a distância, inclusive com relação ao seu procedimento:

Art. 5º. Os diplomas e certificados de cursos e programas a distância, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validade nacional. Parágrafo único. A emissão e registro de diplomas de cursos e programas a distância deverão ser realizados conforme legislação educacional pertinente. (BRASIL, 2005).

O Decreto nº 5.622/2005 inovou muito em termos de educação a distância, sendo que após a sua publicação houve um aumento expressivo da oferta e procura de vagas, principalmente em instituições privadas. Mas tal decreto inovador foi recentemente revogado e substituído pelo Decreto nº 9.057/2017, razão pela qual se passa a comentar a nova regulamentação no item que segue.

A atual regulamentação do artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é o Decreto nº 9.057/2017, que veio a revogar o Decreto anterior de nº 5.622/2005 e complementar ainda mais o conceito de educação a distância anteriormente formulado, ficando agora mais completo e assim definido:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017).

Houve na atual regulamentação uma maior preocupação e exigência pela qualidade da educação a distância, como se percebe com a inclusão das expressões como “pessoal qualificado”, “políticas de acesso”, “acompanhamento e avaliação compatíveis”, entre outras obrigações descritas no corpo da atual regulamentação. Faz-se, assim, a divisão da oferta na educação básica e dá-se um maior destaque à oferta de cursos na modalidade a distância na educação superior, que ganhou um capítulo inteiro, estando agora disciplinado entre os artigos 11 a 19. Essa definição ainda é recente e não está sendo muito debatida no cenário jurídico brasileiro.

Democratização do direito à educação e o acesso ao ensino superior na modalidade a distância no Brasil

Como já mencionado, o antigo Decreto nº 5.622/2005 definia a educação a distância como a modalidade educacional de mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem baseada na utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, sendo que estudantes e professores desenvolvem atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005). Já o atual Decreto nº 9.057/2017 avança mais ao demonstrar uma maior preocupação com a qualidade de ensino na modalidade a distância, a fim de evitar a massificação do ensino em quantidade diante do seu aumento expressivo nos últimos anos. Redefine, portanto, a modalidade educacional como a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e

aprendizagem que ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros aspectos (BRASIL, 2017).

Assim, há toda uma regulamentação para respaldar a modalidade de educação a distância, já que se trata de uma realidade que avança sensivelmente no ensino superior. Trata-se também, como vem sendo estudado, de uma forma de democratizar o ensino no Brasil e gerar uma maior inclusão social com base no cumprimento das metas prenunciadas na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em obediência ao comando constitucional, estipulou-se uma meta decenal no primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), composta por diretrizes para período de 2001 a 2010, através da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

A Exposição de Motivos nº 33, de 2010, da proposta do Executivo para o PNE 2014-2024 reconheceu que o PNE 2001-2010 contribuiu para a construção de políticas e programas voltados à melhoria da educação, muito embora tenha vindo desacompanhado dos instrumentos executivos para consecução das metas por ele estabelecidas.

Na continuidade das metas estabelecidas, foi publicada a atual Lei nº 13.005, de dia 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o novo período entre 2014 e 2024. Tal lei estabelece o seguinte para a educação superior:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014).

Sobre a meta do novo PNE de alcançar 50% da taxa bruta e 33% da taxa líquida de matrícula na educação superior da população de 18 a 24 anos, dentre os quais 40% são direcionados para o segmento público, Arruda e Arruda (2015) informam o número de matrículas para atingir tal mister: “partir dos números atuais de matrículas existentes, significaria uma ampliação de 4

milhões de vagas, sendo cerca de 1,6 milhão apenas no segmento público” (ARRUDA; ARRUDA, 2015, p. 322).

O PNE de 2014 ainda está em vigor e pode ser objeto de questionamento junto ao Poder Judiciário, caso a meta estabelecida de política pública do ensino superior, a ser adotada até 2024, não venha a ser cumprida. Não se trata, dessa maneira, de uma mera carta de intenções, e sim de uma lei em pleno vigor, responsável por metas estipuladas e passível de pleito por sua exigibilidade.

Nesse cenário, Arruda e Arruda (2015) alertam para a problemática da qualidade à educação e de seu acesso democrático diante da mencionada “provisoriedade” do EAD, entendida como uma forma quantitativa de acesso, então qualitativa. Considera-se que “dentro dessa provisoriedade corre-se o risco de construir uma modalidade de educação de caráter emergencial, voltada para a resolução rápida de uma demanda por mão de obra qualificada” (ARRUDA; ARRUDA, 2015, p. 333).

Contudo, infere-se que há um maior acesso ao direito à educação em nível superior, uma das máculas históricas na evolução da cultura do brasileiro, eis que até século XX apenas um por cento da população nacional almejava tal grau de instrução. Com o uso das tecnologias e com a realidade da educação a distância, o percentual de acesso ao nível superior vem aumentando, tanto que na meta 12 do PNE atual estipulou-se uma porcentagem de aumento no acesso ao ensino superior.

Políticas públicas educacionais, realidades da EaD no ensino superior e a exigibilidade do direito à educação

O direito à educação é, acima de tudo, um direito social protegido com *status* de dignidade da pessoa humana, pois está insculpido em na Constituição da República Federativa do Brasil como um direito fundamental. Em outras palavras, o direito de acesso à educação é imprescindível à promoção da dignidade da pessoa humana, que é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, de acordo com o artigo 1º, inciso III, da Constituição de 1988.

Como direito social fundamental, a educação exige a efetiva atuação do Poder Público, e sua inação — isto é, se não cumprir seu mister constitucional e legal — pode ser sanada com a intervenção do Poder Judiciário. Mas para que o Poder Judiciário intervenha na falta de cumprimento das políticas educacionais por parte do Estado (em regra, o Poder Executivo), cumpre ao cidadão e aos demais organismos institucionais e educacionais acionar o Poder Judiciário e pleitear o direito que foi violado. Para isso, é preciso conhecer quais são os direitos à educação, demonstrados na Constituição Federal da República e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação sob nº 9.394/1996 e a sua atual regulamentação no nível de ensino superior na modalidade a distância.

Como destacam Baraúna, Arruda e Arruda, é a primeira vez na história brasileira que a modalidade de educação a distância ocupa um lugar de destaque entre as políticas educacionais, tornando-se, inclusive, uma política de Estado. Os autores acrescentam que, paralelo a esta ampliação, está o acompanhamento cada vez mais rígido das regras de criação e oferta de cursos superiores a distância. Isso inclui uma constante mudança na regulamentação.

Em consequência, a preocupação de que esta modalidade “tornou-se vitrine também de instituições particulares, pois diminui significativamente os investimentos necessários para a abertura de cursos superiores em infraestrutura, como salas de aula, laboratórios e bibliotecas” (BARAÚNA; ARRUDA; ARRUDA, 2012, p. 290).

Diante do contexto de crescimento e de privatização do sistema educacional brasileiro, cumpre salientar que a educação não é uma atividade exclusivamente garantida pelo Estado. Ela também pode ser gerida por entidades privadas. O que amplia a oportunidade de acesso e expansão.

Sobre o incentivo no mercado educacional, Baraúna, Arruda e Arruda salientam que: “ao se considerar a educação uma atividade não exclusiva do Estado, as políticas educacionais que incentivam a expansão do mercado educacional têm contribuído fortemente para o significativo crescimento da EaD no Brasil” (BARAÚNA; ARRUDA; ARRUDA, 2012, p. 292).

Ressalte-se, ainda, o projeto explicitado pela atual meta 12 do PNE: trata-se de elevar a taxa bruta de matrículas na educação superior para

cinquenta por cento e a taxa líquida, para trinta e três por cento da população entre dezoito a vinte e quatro anos de idade. A referida meta deve ser executada até 2024. Caso contrário, pode ser exigido o seu cumprimento por medidas judiciais. Para aprofundar o conhecimento sobre as questões que levam o Judiciário a intervir nas políticas educacionais, Cury e Ferreira descrevem:

[...] quando aspectos relacionados ao direito à educação passam a ser objeto de análise e julgamento pelo poder judiciário [...] (a) mudanças no panorama legislativo; (b) reordenamento das instituições judicial e escolar; (c) posicionamento ativo da comunidade na busca pela consolidação dos direitos sociais. (CURY; FERREIRA, 2009, p. 81).

Cumprindo ainda destacar que o órgão máximo no âmbito do Poder Judiciário para a salvaguarda os direitos insculpidos na Constituição da República é o Supremo Tribunal Federal (STF), responsável pela aplicação correta dos direitos constitucionais em nome dos fundamentos, valores e procedimentos democráticos.

No tocante à eventual judicialização de casos envolvendo a modalidade da educação a distância no ensino superior, ainda não se veem reflexos inação das políticas públicas nesse nível educacional, já que se trata de uma modalidade muito recente na história da educação do Brasil.

Além disso, a meta decenal atual está em andamento, somando-se ao fato do expressivo aumento da inclusão social no sistema brasileiro de educação superior, na modalidade a distância. Esse aumento se verifica, por exemplo, na implementação de nova regulamentação cuja finalidade é garantir uma maior efetividade para essa nova e transformadora forma de ensinar. Portanto, ainda há muito o que se estudar e revolucionar.

Considerações finais

O direito à educação encontra-se previsto na lei maior do país, que é a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Seu princípio é regido pelo dever do Estado de adotar, de modo geral, políticas públicas de implementação e efetivação do acesso de todos os cidadãos ao sistema educacional, razão pela qual a primeira seção do presente artigo foi dedicada ao direito constitucional à educação.

Partindo dessa premissa constitucional básica, passou-se à análise legal da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em especial de seu artigo 80, e por conseguinte de sua atual regulamentação, demonstrando a relevância jurídica e o destaque executivo das políticas públicas voltadas para a modalidade EaD no ensino superior. Foram identificados alguns entendimentos doutrinários sobre o assunto, procurando relacioná-los com a modalidade de educação a distância no ensino superior, foco principal desta pesquisa.

Após a análise legal, constatou-se o avanço do ensino a distância na educação superior, o que cumpre o princípio da efetividade e da consolidação de uma educação mais democrática e cidadã. Tal avanço está relacionado ao aumento expressivo das vagas e das oportunidades de acesso ao ensino superior na modalidade EaD.

Observa-se que a política pública educacional do ensino superior na modalidade a distância está tendo um constante crescimento e que a legislação brasileira está sendo continuamente aplicada dentro desse contexto educacional. Entretanto, há muito o que se evoluir no cumprimento do acesso ao direito à educação, sobretudo no ensino superior. Esse desafio se fortalece diante da meta nº 12 do Plano Nacional de Ensino (PNE), referente ao decênio 2014-2024, que amplia ainda mais o acesso efetivo ao ensino superior, sobretudo na modalidade a distância, e adapta uma nova regulamentação ao cumprimento desse mister.

As políticas públicas da educação na modalidade a distância acompanham essa trajetória. Elas contribuem com a democratização da educação e com uma maior inclusão social ao oferecer oportunidades de acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, de crescimento pessoal e profissional a muitas pessoas que não tinham vislumbravam a entrada nas universidades em decorrência da conjuntura história do Brasil.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, E. P.; ARRUDA, D. E. P. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 31, v. 3, p. 321-338, jul./set. 2015.

BARAÚNA, S. M.; ARRUDA, E. P.; ARRUDA, D. E. P. Políticas públicas em educação a distância: aspectos históricos e perspectivas no Brasil. **Revista Eletrônica PESQUISEDUCA**, Santos, v. 4, n. 8, p. 279-295, jul./dez. 2012.

BARROSO, L. R. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro**: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/const/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

_____. **Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2494.htm>. Acesso em: 25 abr. 2018.

_____. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm>. Acesso em: 25 abr. 2018.

_____. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24>. Acesso em: 25 abr. 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/Leis/L9394.htm>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CURY, C. R. J. **Fórum Nacional de Educação**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/agenda_tematica.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

CURY, C. R. J.; FERREIRA, L. A. M. A judicialização da educação. **Revista CEJ**, Brasília, ano 3, n. 45, p. 32-45, abr./jun. 2009.

NOGUEIRA, D. X. P. A educação a distância no Brasil: da LDB ao novo PNE. In: **Anais do XXV Simpósio da Associação Nacional de Política e Administração da Educação**, São Paulo, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0124.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

RANIERI, N. B. S. Os Estados e o direito à educação na Constituição de 1988: comentários acerca da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In: RANIERI, N. B. S.; RIGHETTI, S. (ed.). **Direito à educação: aspectos constitucionais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SOUSA SANTOS, B. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (ed.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.